

São os que têm imposto a pagar. Desta vez pagarão mais.



Cortar, a dura tarefa de um Sarney sob pressão.

“O presidente está vivendo um dia infernal”, comentou ontem um assessor diante das incríveis e intermináveis pressões que invadiram o Palácio do Planalto na tentativa de mudar os rumos do novo pacote econômico entregue pelo ministro Bresser Pereira à avaliação do presidente José Sarney. Políticos, dirigentes de autarquias e de empresas estatais, além de ministros de Estado, deram centenas de telefonemas aos “ministros da casa” (Costa Couto, Bayma Dennis e Ivan-de Souza Mendes) e ao próprio Sarney, para defender posições divergentes da linha do pacote.

Qual órgão extinguir? Que despesa cortar? Quanto cortar? Estas são as principais questões a serem respondidas hoje pelo presidente, que ontem ainda teve de enfrentar uma noite longa e difícil: as pressões do dia se deslocaram rapidamente à noite para o Palácio da Alvorada, residência oficial de Sarney.

Sobre o aumento da carga tributária, cortes de incentivos e de subsídios, há no governo uma posição mais ou menos definida. A grande dúvida do presidente, segundo um informante do Palácio do Planalto, é sobre os cortes de despesas e as mudanças administrativas. O presidente considerou algumas propostas tão fortes que achou temerário adotá-las sem antes consultar a classe política.

Imediatamente após o final da reunião de avaliação do pacote, realizada no Palácio da Alvorada, das 9 às 13 horas, desencadeou-se uma enxurrada de pressões sobre o Palácio do Planalto, segundo assessores do presidente. E, diante das pressões, muita coisa começou a acontecer. Em questão apenas de horas, por exemplo, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) saiu da lista dos órgãos extintos, para figurar na dos fortalecidos, graças à interferência do ministro Borges da Silveira, da Saúde, e do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna, ex-ministro da Saúde. “Pelo amor de Deus, presidente, não

faça uma coisa dessas” — teria exclamado o ex-ministro, argumentando que o organismo é reconhecido junto à ONU como um símbolo, no Terceiro Mundo, de combate à desnutrição. O Inan — argumentou por sua vez Borges da Silveira — pauta suas atividades por critérios científicos, conjugando a distribuição de alimentos a serviços de saúde como vacinação e atendimento médico.

Diante da argumentação, Sarney teria se decidido pelo desmembramento da Secretaria Especial de Assuntos Comunitários (Seac), transferindo todas as suas funções ligadas à alimentação e nutrição para o Inan; 25 atribuições de habitação da Seac ficaram para o Ministério da Habitação, comandado por Prisco Vianna, que teve também papel fundamental na decisão do presidente.

Pressão e boatos

A decisão, contudo, não agradou em nada ao ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, ao qual o órgão está vinculado. O ministro, considerado “pai da Seac”, deu logo início a uma saravada de telefonemas a outros ministros, a políticos influentes e ao Palácio do Planalto, tentando fazer o presidente recuar.

Ao final da reunião do Palácio da Alvorada, falava-se em extinção não só do Inan — também da Sudesul, Fundação Educar (ex-Mobral) e Sudesul. Do mesmo modo, falava-se na fusão da Embrapa com Embrater (órgãos da Agricultura), do Dnos com o Dnocs e com a Codevasf da Irrigação, e do Geipot (do MHU) com a EBTU (do Ministério dos Transportes), só para citar alguns exemplos. Estas informações iam pondo “loucos” os dirigentes destas autarquias, fazendo com que cada um procurasse urgente o seu ministro ou padrinho político.

Não demorou muito para que se descobrisse que havia mais de um pacote circulando no governo. O “costureiro” do pacote, o ministro Bresser Pereira, nada incluiu em

sua reformulação administrativa que mexesse com a Caixa Econômica Federal. Ao final da tarde, contudo, nas conversas travadas entre assessores do presidente no Palácio do Planalto, lá estava, com muita clareza, a transferência daquela instituição do Ministério da Fazenda para o Ministério da Habitação e Meio Ambiente. Como também figurava como certa a alteração do IBC e do IAA, organismos que cuidam, respectivamente, da comercialização do café e do açúcar. O assessor econômico do ministro Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano, foi categórico ao confirmar a privatização gradual do comércio de café e açúcar. Esta confirmação também seria feita por um ministro de Estado, participante da reunião do Alvorada.

O mesmo ministro afirmava que a reformulação da CEF, Sudesul, Geipot, Sudeco, IBDF, DNOS e DNOCS não consta do pacote levado por Bresser a Sarney, com mais de 20 laudas em sua síntese. Mas confirmou a extinção de incentivos fiscais para reflorestamento no Centro-Sul. Os incentivos para investimento no Nordeste (Finor) e na Amazônia (Finam) vão permanecer. Os subsídios ao trigo serão extintos gradualmente e também gradualmente serão privatizadas suas importações. A compra e revenda do produto no mercado interno deixará igualmente de ser monopólio do Banco do Brasil.

Mas as pressões vão prosseguir pelas próximas horas, até que o presidente Sarney “bata o martelo”, anunciando o novo pacote.

E foi prevendo o desencadeamento destas pressões que o próprio presidente se apressou em informar a todos que participavam da reunião de ontem no Alvorada: “Eu não vou decidir sobre nada hoje. Vou refletir muito sobre todos os temas”. Talvez esta frase explique a irritação do ministro Bresser ao deixar a reunião. Apesar de tudo — garantem seus assessores —, o ministro não está demissionário. E conta com o PMDB para mudar os rumos da economia.